



1
2 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**
3 **Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**

4 **MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ**

Data: 25 de fevereiro de 2025.

Local: Sala 824, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA) e Aristeu Júnior (MS)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

5 **1. Abertura e aprovação da pauta:**

6 O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-
7 vindas a todos. Informou que os membros do GT-RoHS foram convidados a participar da reunião.

8 Em seguida, passou-se à aprovação da pauta. O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador
9 da Conasq, informou que os convites com a Pauta foram enviados no dia 31/01. A pauta foi
10 reencaminhada no dia 12 de fevereiro, com ajustes referentes aos horários.

11 Relembrou que na 3ª Reunião Ordinária havia ficado encaminhado que a coordenação
12 convidaria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para fazer apresentação do
13 PRONARA, por solicitação dos representantes da sociedade civil. O tópico foi inserido na pauta,
14 porém quem fará a apresentação será uma representante da Comissão Nacional de Agroecologia
15 e Produção Orgânica (CNAPO).

16 Também como encaminhado na 3ª Reunião Ordinária, o representante da Sociedade
17 Brasileira de Química (SBQ) apresentaria proposta de Termo de Referência para dar continuidade
18 ao mandato do GT Substâncias Químicas em Plásticos. Esse tema também foi inserido na pauta.

19 A proposta de pauta foi submetida à aprovação.

20 O representante do MDIC, Whashington Bonini, solicitou que o ponto de pauta referente
21 à análise e aprovação da proposta de Resolução Conama elaborada pelo GT-RoHS fosse retirado,
22 ressaltando a necessidade de tempo para analisar a proposta de texto.

23 A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, falou que o objetivo seria encaminhar a
24 minuta elaborada pelo GT-RoHS ao CONAMA sem editá-la. Destacou que o produto gerado pelo
25 grupo de trabalho estava bem amadurecido e democrático. Lembrou que a próxima reunião
26 ordinária da Conasq seria somente em junho, e se posicionou favoravelmente à aprovação da
27 minuta.

28 O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, falou que as principais
29 entidades do setor participaram ativamente da construção da Resolução. Falou que as regras
30 contidas na proposta de resolução são muito transparentes e alinhadas às práticas internacionais.

31 Fernanda Pirillo, representante da Casa Civil, propôs que a pauta fosse aprovada, com
32 a ressalva de que o MDIC não gostaria de deliberar sobre o tema. Falou que quando esse ponto
33 fosse discutido, o desconforto do órgão em relação ao assunto seria mais bem compreendido.

34 *O representante da CNI, Wanderley Baptista*, indicou que esse tópico não deveria ser
35 retirado da pauta.

36 *A representante do Ibama, Mariana Nakashima*, falou que os pontos de divergência do
37 GT foram discutidos em fóruns separados, exemplificando o caso do capítulo sobre fiscalização,
38 o qual foi extensivamente discutido. Destacou o empenho do GT em chegar a um consenso.

39 Seguindo, a *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, solicitou a inclusão de um
40 informe sobre a reciclagem química de plásticos para uso do material reciclado em alimentos.

41 O *Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq*, submeteu a pauta à aprovação,
42 nos termos sugeridos pelas representantes da Casa Civil e da TOXISPHERA. Com isso, a pauta
43 ficou aprovada com a ressalva no ponto sobre Análise e aprovação da proposta de Resolução
44 Conama elaborada pelo GT-RoHS e com o acréscimo solicitado na seção de informes.

45 **2. Aprovação da Memória da 3ª Reunião Ordinária**

46 As memórias foram aprovadas sem alterações de redação.

47 **3. Renovação do mandato do GT Substâncias Químicas em Plásticos**

48 O *coordenador da Conasq* contextualizou, relembrando que o Grupo de Trabalho (GT)
49 foi formado em 2024 para subsidiar o debate para a situação brasileira no processo de elaboração
50 do tratado sobre plásticos. No entanto, o INC não conseguiu chegar a um consenso, tendo o
51 representante da SBQ apresentado proposta de Termo de Referência (TdR) para dar continuidade
52 ao mandato do GT.

53 O Termo de Referência foi encaminhado no dia 14 de fevereiro, com prazo para
54 devolutiva até 21 de fevereiro. A Anvisa enviou sugestões de pequenos ajustes nas seções de
55 objetivos e resultados do GTT.

56 O *representante da SBQ, Walter Waldman*, explicou o TdR do GT. Comentou sobre a
57 necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior, destacando que o
58 levantamento das substâncias químicas em plásticos não foi finalizado. Relembrou que uma das
59 lacunas do trabalho do GT foi a correlação da Nomeclatura Comum do Mecosul (NCM) com o
60 CAS. Comentou, ainda, sobre a necessidade de aprimorar o fluxograma aprovado pela Conasq.

61 A *representante da ABIQUIM, Camila Hubner*, disse entender que o trabalho já foi feito
62 e a proposta entregue, porém indicou compreender a necessidade de algum tipo de levantamento
63 de dados. Alegou não entender, no âmbito do grupo de trabalho, qual o produto que ainda
64 precisaria ser entregue.

65 O *representante da SBQ, Walter Waldman*, relembrou que o primeiro GT tinha como
66 produto o apoio ao corpo diplomático, sendo a consequência o término das discussões. Como as
67 discussões ainda não foram finalizadas, essa necessidade ainda persiste.

68 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, questionou a ausência de calendário de
69 reuniões no TdR.

70 O *coordenador da Conasq* explicou que a quantidade de reuniões necessária para o
71 cumprimento das atividades era incerta.

72 A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, solicitou, então, que a coordenação e a
73 vice-coordenação fossem estabelecidas; com isso, ficou decidido que o MMA será responsável
74 pela coordenação do grupo de trabalho e a SBQ pela vice-coordenação.

75 Não havendo pedidos de alteração do texto na plenária, a minuta do Termo de Referência
76 foi aprovada.

77 **4. Análise e aprovação da proposta de Resolução Conama Elaborada pelo GTT-RoHS**

78 O coordenador da Conasq introduziu o tema relebrando que o GTT foi criado em março
79 de 2024, com mandato inicial de 6 meses, o qual foi prorrogado por mais 6 meses. Dos 40
80 membros do GT-RoHS, 17 eram representações da indústria brasileira. O GTT foi finalizado após
81 10 reuniões oficiais.

82 O normativo foi construído de forma colaborativa. Nas reuniões, discutiu-se artigo por
83 artigo. Inicialmente, o GTT possuía uma posição mais restritiva em relação aos prazos de
84 adaptação, mas, após ouvir as considerações da indústria, flexibilizou o texto em mais um ano.

85 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
86 apresentar o produto obtido pelo grupo de trabalho.

87 Sobre a construção do normativo, a *Diretora* informou que a experiência internacional
88 foi considerada e discutida ao longo das reuniões, sendo a RoHS Europeia a maior, porém não a
89 única, fonte de base técnica para a elaboração do normativo. A RoHS Chinesa também foi
90 amplamente debatida pelos membros do grupo.

91 Explicou a estrutura da resolução: (1) Capítulo I – Disposições Gerais; (2) Capítulo II –
92 Restrições e Isenções; (3) Capítulo III – Cadastro e Audodeclaração de Conformidade; (4)
93 Capítulo IV – Obrigações dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes; (5)
94 Capítulo V – Informação e comunicação; (6) Capítulo VI – Fiscalização e disposições gerais.

95 Comentou brevemente sobre cada capítulo, destacando as substâncias listadas e a
96 importância das isenções para os usos nos quais não é possível haver substituto ou que os
97 possíveis substitutos sejam mais perigosos para a saúde e para o meio ambiente. Falou, também,
98 sobre a autodeclaração de conformidade e sobre a necessidade de existir um cadastro
99 informatizado.

100 Detalhou a representação do GTT: 5% da sociedade civil, 7% da comunidade acadêmico
101 científica, 39% do governo e 49% da indústria.

102 Apresentou um fluxo (Anexo) dos marcos importantes para a implementação da norma,
103 destacando o horizonte de tempo para adequação das empresas e para a publicação dos atos
104 normativos complementares à Resolução.

105 Finalizada a fala da *Diretora*, o *Coordenador da Conasq* explicou que a Comissão
106 decidiria apenas sobre encaminhar ou não a proposta elaborada no âmbito do GTT para o
107 CONAMA. Falou que a resolução ainda seria debatida no Conselho, passando por suas câmaras
108 técnicas e pela consulta pública.

109 Explicou que a Comissão iria debater a manutenção desse ponto de pauta após ouvir seus
110 conselheiros.

111 O representante da CNI, *Wanderley Coelho*, disse estar confortável e de acordo com o
112 texto discutido, destacando a importância da isonomia no setor, entre importadores e
113 exportadores. A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende* explicou que este
114 ponto foi endereçado pelo GTT.

115 A representante da Fundacentro, Patrícia Dias, fez um relato, destacando que a proposta
116 foi amplamente debatida pelo GT, tendo os representantes do grupo, inclusive os da indústria,
117 saído da última reunião satisfeitos com o texto acordado. Reforçou que eventuais ajustes poderiam
118 ser feitos no Conama e disse que o texto que sair da Conasq não seria definitivo, mas, sim, o
119 produto de meses de trabalho.

120 A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, disse não haver necessidade de esperar e
121 destacou a importância da norma para proteger grupos vulneráveis. Reforçou que no Conama
122 ainda haveria espaço para discussões.

123 O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, disse que o conteúdo
124 da norma parecia estar bem elaborado, mesmo que pudesse haver necessidade de alguns ajustes.
125 Destacou o artigo 225 da Constituição Federal na sua fala e disse que, se a proposta estivesse
126 madura o suficiente para ser encaminhada ao Conama, não haveria necessidade para postergar o
127 processo.

128 O representante do MDIC, Washington Bonini, relembrou que a minuta de Resolução
129 havia sido encaminhada para os membros da Conasq na semana anterior à reunião, tendo sido
130 feita uma análise superficial do texto. Destacou que houve uma mudança de contexto fundamental
131 com a publicação da Lei 15.022/2024, que estabelece o inventário nacional e a avaliação e o
132 controle de risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas no território
133 nacional. Demonstrou preocupação sobre uma possível sobreposição com o mecanismo
134 decisório de análise estabelecido pela Lei. Também falou sobre uma possível sobreposição de
135 competências entre os órgãos no âmbito da gestão de substâncias químicas no Brasil; destacou a
136 existência de normas dispersas e disse que a Lei 15.022/2024 sistematiza melhor o assunto. Falou,
137 ainda, que poderiam ser feitas reuniões extraordinárias para tratar do tema, não sendo necessário
138 esperar pela próxima reunião ordinária.

139 O representante do MDIC, Washington Bonini, explicou não estar se manifestando contra
140 o conteúdo da norma; destacou apenas de questões formais, procedimentais e de interpretação
141 política da legislação. Disse que a deliberação poderia ocorrer numa reunião futura para que os
142 pontos levantados fossem endereçados. Mencionou, por fim, a racionalidade e a legalidade,
143 princípios constitucionais da legislação.

144 O coordenador da Conasq esclareceu que a Lei trata do controle de substâncias químicas,
145 enquanto a proposta de resolução versa sobre os produtos, mas que o Comitê de Integração de
146 Políticas Ambientais (CIPAM/Conama) fará a análise de admissibilidade da proposta.

147 Feitas as considerações, o coordenador da Conasq abriu uma votação nominal para as
148 instituições se manifestarem sobre a postergação ou não do debate. As instituições se
149 manifestaram da seguinte maneira:

150

Instituição	Posição sobre a postergação da deliberação
ABEMA	Ausente
ANAMA	Contrário
ANVISA	Abstenção
ABIQUIM	Favorável
ACPO	Contrário

Casa Civil	Favorável
CETESB	Contraário
CNI	Contraário
Conselho Federal de Química	Contraário
CRQ 1ª Região	Contraário
FIOCRUZ	Ausente
Fundação Grupo Esquel Brasil	Contraário
Fundação Santo André	Contraário
FUNDACENTRO	Contraário
IBAMA	Contraário
INMETRO	Abstenção
MAPA	Abstenção
MCTI	Ausente
MDIC	Favorável
MJSP	Ausente
MMA/SECEX	Contraário
MME	Ausente
MPF	Contraário
MPT	Contraário
MRE	Abstenção
MS	Contraário
Ministério dos Transportes	Ausente
Ministério do Trabalho	Ausente
Sindicato das indústrias de produtos químicos de SP	Contraário
SBQ	Contraário
TOXISPHERA	Contraário

151 Com isso, o pedido de retirada do ponto de pauta foi rejeitado.

152 Passou-se, então, à votação da submissão da proposta ao CONAMA. O MDIC se absteve
153 da votação; as demais instituições presentes foram favoráveis.

154 Com isso, foi aprovada a submissão da proposta de Resolução Elaborada pelo GTT-RoHS
155 ao Conama.

156 **5. Apresentação do Diagnóstico Nacional atualizado do P2R2**

157 O coordenador da Conasq contextualizou, explicando que o P2R2 se refere ao Plano
158 Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos
159 Químicos Perigosos.

160 O coordenador da Conasq precisou ausentar-se momentaneamente da reunião, ficando a
161 condução a cargo do vice-coordenador, o representante do Ministério da Saúde, Aristeu Júnior.

162 O vice-coordenador da Conasq deu prosseguimento à reunião. Falou que o P2R2 foi
163 criado em 2004, após constatada a dificuldade de articulação das instituições no atendimento à
164 emergência ambiental provocada pelo rompimento de uma barragem de rejeitos da indústria de
165 celulose em Minas Gerais.

166 O plano teve destaque quando foi criado porém padeceu de algumas dificuldades, e a
167 fragilidade se intensificou com o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu as Comissões criadas por
168 decreto, o que afetou diretamente a Comissão Nacional do P2R2, que ainda hoje se encontra
169 extinta.

170 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA*, Thaianne Resende, para
171 fazer a explicação incial do tema.

172 A *Diretora* apresentou o histórico, o funcionamento e a estrutura da antiga Comissão
173 Nacional do P2R2, ressaltando que o trabalho com emergências ambientais se trata de um ciclo
174 que se repete toda vez que ocorre um acidente, sendo importante a articulação rápida entre os
175 órgãos.

176 Em seguida, foi dada a palavra ao *analista ambiental do MMA*, Thiago Valente, para
177 apresentar o panorama do P2R2 no Brasil.

178 O *analista ambiental* explicou que o diagnóstico foi feito com o objetivo de entender as
179 dificuldades que os estados têm enfrentado. Para isso, foi encaminhado um formulário para as
180 Secretarias de meio ambiente e para os órgãos da Defesa Civil. Foram obtidas 35 respostas de 21
181 Unidades da Federação (UFs), sendo 15 participações advindas do Corpo de Bombeiros Militar,
182 10 de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, 3 da Defesa Civil e 7 das Secretarias de Meio
183 Ambiente.

184 Foi constatado que 13 UFs possuem Comissão Estadual de P2R2, enquanto 8 não
185 possuem; 6 UFs não disponibilizaram essa informação. Das Comissões estaduais existentes, 62%
186 encontram-se em funcionamento; os outros 38% foram descontinuadas. Apenas as Comissões do
187 Rio de Janeiro e São Paulo indicaram possuir uma linha orçamentária própria.

188 Foram expostas as principais dificuldades enfrentadas pelas Comissões Estaduais em
189 funcionamento, com destaque para problemas relacionados à articulação interinstitucional, alta
190 rotatividade de membros e dificuldade de conciliação das atividades da Comissão e da instituição
191 de origem. Foram levantadas as ações essenciais para o sucesso da implementação e da
192 manutenção das Comissões, enfatizando-se a necessidade de treinamento, equipamento, apoio
193 nas aquisições e nos planos de emergência.

194 Dentre as respostas recebidas, 91% indicaram haver necessidade do reestabelecimento de
195 uma instância nacional do P2R2; dentre as ações esperadas do Governo Federal, destacou-se o
196 seguinte: (1) capacitação; (2) financiamento; (3) regulação; (4) coordenação; (5) apoio no
197 atendimento; (6) desenvolvimento de manuais.

198 O *analista ambiental do MMA* conclui a apresentação informando que, de forma geral,
199 houve grande dificuldade por parte dos estados em informar sobre o funcionamento do P2R2 em
200 seus territórios, refletindo-se, em alguns casos, em respostas equivocadas ou ausência de
201 respostas.

202 **6. Aprovação do GTP-P2R2**

203 O vice-coordenador da Conasq lembrou que a minuta do termo de referência do GT-
204 P2R2 foi encaminhada para os representantes da Comissão no dia 05 de fevereiro; informou que
205 foram recebidas sugestões de alteração ao texto do Ministério da Saúde na seção de objetivos.

206 As sugestões enviadas pelo Ministério da Saúde foram apresentadas na plenária e, não
207 havendo objeções ou novos pedidos de alteração do texto, a criação do GTP P2R2 foi aprovada.
208 O MMA enviará ofício aos membros, a fim de que possam manifestar interesse em compor o
209 grupo e indicar seus representantes.

210 **7. Relatos das atividades dos GTs**

211 O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, retornou à reunião.

212 **7.1 GTT RoHS**

213 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
214 relatar o progresso das atividades do GTT.

215 A *Diretora* agradeceu a participação, empenho e dedicação de todos. Na última reunião
216 do GTT, além da proposta de normativa RoHS, parte dos atos complementares foram concluídos,
217 no entanto, alguns pontos ainda serão conversados e ajustados com os atores afetos. A Análise de
218 Impacto Regulatório (AIR), documento essencial para a tramitação de propostas de Resolução no
219 Conama, encontra-se em processo de conclusão pela equipe técnica, tendo sido seguido todo o
220 rito legal.

221 A *Diretora* falou não ser preciso continuar com o grupo de trabalho no momento.
222 Informou que haverá um processo de acompanhamento da Resolução no Conama, com relatos na
223 plenária.

224 **4.5 GTP Minamata**

225 Foi dada a palavra à *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila
Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GTP.

227 A *Coordenadora-geral* informou que a 5ª reunião do GT-Minamata ocorreu dia 10 de
228 fevereiro de 2025. Durante o encontro, foram apresentadas as ações para a implementação da
229 Convenção de Minamata e as atualizações dos projetos a serem aprovados. No GEF há um projeto
230 de médio porte para gestão adequada do mercúrio apreendido nas ações de fiscalização do Ibama.

231 Além disso, o Ibama apresentou sua nova Instrução Normativa, a IN nº 26, de 10 de
232 dezembro de 2024, norma mais abrangente que a anterior, de 2015, que possuía apenas 10 artigos.
233 A nova norma estabelece as exigências e os procedimentos de controle ambiental da importação,
234 exportação, comércio, transferência, reciclagem, recuperação, uso e transporte de mercúrio
235 metálico, bem como a destinação de resíduos de mercúrio em território nacional. A nova IN
236 enfatizou que quem compra mercúrio deve exigir o (Documento de Operações com Mercúrio
237 Metálico (DOMM) do vendedor, que é responsável por solicitar a autorização ao Ibama.

238 Na última reunião da Conasq havia sido solicitada a inclusão de um relato sobre a RDC
239 879/2024, da Anvisa, sobre amálgamas de mercúrio, como ponto de pauta no GT. No entanto, o
240 ponto não foi abordado no GT pois não havia nenhum representante que pudesse falar sobre isso

241 durante a reunião. Portanto, esse tópico ficou pendente para a reunião seguinte, prevista para
242 ocorrer no dia 27 de maio.

243 **4.5 GTP BRS**

244 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
245 relatar o progresso das atividades do GTP.

246 A *Diretora* informou que a última reunião do grupo de trabalho ocorreu no dia 06 de
247 fevereiro. O grupo continua trabalhando com foco nos temas relacionados à Efetividade da
248 Convenção de Roterdã e à substituição da Sulfluramida no Brasil.

249 A Convenção das Partes de Basileia, Roterdã e Estocolmo ocorrerá entre os dias 28 de
250 abril e 09 de maio. O Ministério das Relações Exteriores já coordena as reuniões com os órgãos
251 e instituições que farão parte da delegação brasileira, para consolidar o posicionamento do País
252 durante o evento. Os pontos discutidos têm sido o posicionamento das instituições de governo em
253 relação às substâncias que serão discutidas na COP BRS e a efetividade da Convenção de Roterdã.

254 **4.5 GTP Educação em Segurança Química**

255 Foi dada a palavra à *representante da Fundacentro, Patrícia Dias*, coordenadora do GTP,
256 para relatar o progresso das atividades.

257 O GTP se reuniu uma vez. Os membros decidiram que a vice-coordenação do Grupo
258 ficaria com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); a relatoria foi dividida
259 entre a coordenação e a vice-coordenação.

260 Na reunião, foi feita uma introdução dos membros e uma apresentação resumida do
261 Termo de Referência. As primeiras reuniões do grupo serão quinzenais, para a estruturação do
262 plano de trabalho do GT e estipular entregas e prazos. As demandas relacionadas ao tema estão
263 represadas e será importante o GTT direcionar o foco de trabalho.

264 A *coordenadora do GTP* falou que, na reunião, foi pontuada a necessidade de uma
265 representação dos trabalhadores, e solicitou que possíveis indicações fossem feitas para suprir
266 essa necessidade. Os membros do GTP também identificaram a necessidade de divulgação do
267 grupo de trabalho; o CRQ-SP se dispôs a fazer a comunicação necessária para suprir essa
268 demanda.

269 Foram levantados temas de atenção: acidentes ocorridos com mercúrio, misturas de
270 agrotóxicos e misturas de produtos químicos de limpeza domésticos, e a necessidade de orientar
271 a comunidade em como agir nessas situações.

272 A segunda reunião do GT deve ocorrer no dia 07 de março.

273 **4.5 GTT Regulação de Substância Químicas**

274 Foi dada a palavra à *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila
Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GTT.

276 A *Coordenadora-geral* informou que o GTT Regulação se reuniu três vezes em 2025. Na
277 primeira reunião, ocorrida em 10 de janeiro, a coordenação do GT fez uma apresentação sobre a
278 Lei 15.022/2024, destacando seus principais artigos e os pontos que precisam ser abordados no
279 Decreto Regulamentador.

280 O GTT foi dividido em subgrupos para todos colaborarem com o desenvolvimento dos
281 dispositivos específicos de cada matéria a ser tratada no Decreto: (1) detalhamento das exclusões
282 da Lei; (2) cadastro e inventário; (3) novas substâncias químicas; (4) avaliação de risco; (5)
283 medidas de gerenciamento de risco e priorização; (6) cooperação regulatória; (7) testes em
284 animais; (8) taxa; e (9) subgrupo para criação do fluxograma do Decreto.

285 O GTT tem avançado na escrita do Decreto regulamentador. As próximas reuniões vão
286 ocorrer nos dias 26 e 27 de fevereiro.

287 **7. Apresentação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA)**

288 O *Coordenador da Conasq* lembrou que este ponto de pauta foi uma solicitação da
289 sociedade civil durante a 2^a reunião ordinária da Conasq.

290 Foi dada a palavra à *Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e*
291 *Produção Orgânica (CNAPO)*, para fazer apresentação sobre o Programa Nacional de Redução
292 de Agrotóxicos (PRONARA).

293 A construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)
294 dialoga com as prioridades do atual governo, quais sejam, combate à fome e à má nutrição,
295 superação das desigualdades sociais e mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Está ligada
296 à transformação dos sistemas alimentares, cujos aspectos centrais giram em torno da ecologia e
297 manejo dos agroecossistemas, da igualdade e justiça, da dimensão cultural da alimentação e
298 agricultura e da saúde humana.

299 O PLANAPO III, estabelecido em 2024, conta com a participação de 14 ministérios,
300 sendo estruturado em 7 eixos que organizam e articulam 26 objetivos específicos e 197 iniciativas.
301 A *Secretaria-Executiva* explicou que, dentro dos objetivos específicos, há a implementação do
302 PRONARA.

303 Com a retomada do PLANAPO, foi possível estabelecer uma subcomissão temática que
304 trabalhou, entre julho e dezembro de 2024, através de reuniões, seminários e oficinas, na revisão
305 das iniciativas desenvolvidas até então no tema. Com isso, em 03 de dezembro de 2024, durante
306 o Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos do Ministério do Trabalho, foi entregue uma
307 minuta de Decreto para propor a implementação do PRONARA.

308 A *Secretaria-Executiva* explica que este é o cenário atual: os órgãos receberam a minuta
309 e a CNAPO coordenada reuniões bilaterais com os ministérios que possuem atribuições de
310 implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Informou que a perspectiva é que
311 até o final de maio as reuniões com todos os ministérios envolvidos sejam finalizadas. O passo
312 seguinte seria conduzir as negociações formais que envolvem a análise técnica e jurídica do
313 documento.

314 O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, solicitou que, se possível, o
315 documento fosse encaminhado para os conselheiros da Conasq.

316 A *Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*
317 informou que no dia seguinte haveria reunião com o MMA sobre o tema e que a solicitação
318 poderia ser avaliada. Mencionou que isso já é feito com colegiados parceiros da iniciativa, a
319 exemplo do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

320 **8. Apresentação dos projetos do MMA em segurança química**

321 **8.1 Novo Projeto do GFC**

322 O *Coordenador da Conasq* falou que o MMA submeteu proposta ao board do Global
323 Framework on Chemicals (GFC) – no total, 150 propostas foram submetidas.

324 Agradeceu a colaboração das instituições que enviaram carta de endosso ou colaboraram
325 com a escrita do projeto: Sociedade Brasileira de Química (SBTox), Instituto Brasileiro do Meio
326 Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) Sociedade Brasileira de Química (SBQ),
327 Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) e Fundação Santo André (FSA).

328 O MMA aguarda agora a avaliação do Board sobre as propostas apresentadas.

329 **8.2 Projeto do Special Programme: Fortalecimento da capacidade institucional para o
330 gerenciamento Ambientalmente Adequado de Substâncias Químicas no Brasil**

331 *Camila Gontijo, Gerente do Projeto do Special Programme*, foi convidada para fazer a
332 atualização do progresso das atividades.

333 Lembrou que o projeto é composto por quatro etapas: (1) fortalecimento institucional; (2)
334 estudo de benchmarking – análise de sistemas; (3) construção e integração do sistema de gestão
335 de químicos, com quatro módulos; e (4) formação, envolvendo cursos.

336 No momento, o termo de referência da etapa dois já está publicado e aceitará inscrições
337 até o dia 12 de março. A previsão de contratação é março de 2025 com previsão de finalização da
338 etapa em agosto de 2025.

339 **8.3 Projeto PCB Responsável**

340 *Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável*, foi convidada para fazer a
341 atualização do progresso das atividades e dos resultados do projeto.

342 Relatou que 7 empresas têm licença para fazer a destinação de PCB no Brasil: 2 de
343 incineração e as demais de descontaminação química. No âmbito do projeto, a empresa
344 selecionada para fazer a destinação de PCB deverá apresentar documento com o cálculo de
345 volume a ser tratado e o desconto do apoio financeiro a ser recebido do projeto.

346 O projeto estrutura-se em duas etapas:

- 347 • 1^a etapa – acordo com o PNUD
348 • 2^a etapa – contrato das operações: (1) dossiê inicial (documentação para
349 autorização de operação pelo projeto); (2) dossiê final (comprovação da
350 destinação e pagamento do apoio financeiro)

351 *Angélica Griesinger* falou sobre os critérios de avaliação do acordo, citando as certidões
352 e licenças exigidas, além dos documentos operacionais e de gestão obrigatórios. Falou também
353 dos elementos que devem constar na proposta técnica e financeira. Destacou que as análises dos
354 documentos serão feitas por lote de PCB a ser destinado.

355 Foram apresentados os dados prévios do inventário: (1) quantidade total de PCB a
356 destinar – 348.668 toneladas; (2) quantidade total de PCB já destinado – 254.698 toneladas; (3)
357 inventários submetidos ao Inventário Nacional de PCBS – 613; e (4) empresas cadastradas no
358 sistema do inventário – 829.

359 A *Gerente do Projeto PCB* lembrou os questionamentos feitos durante a 3ª Reunião
360 Ordinária da Conasq: visitas técnicas, testes de queima e dados sobre o PCB destinado –
361 tecnologia utilizada.

362 Sobre as visitas técnicas, comunicou que essas operações ainda não foram iniciadas,
363 porém, havendo interesse, esse tópico poderá ser melhor discutido no futuro. Em relação aos testes
364 de queima, especificamente sobre os resultados, explicou tratar-se de documentos das empresas
365 protegidos por sigilo. Destacou, no entanto, que o Projeto está sendo bem rigoroso com as
366 contratações feitas.

367 A *Gerente do Projeto PCB Responsável* apresentou os dados da destinação da substância
368 foram extraídos do [SINIR PCB](#), sendo referentes ao período de 1984 até 2024, conforme disposto
369 na tabela a seguir:

370

Tecnologia de destruição (Brasil)	Valor de Massa (Brasil) – toneladas
1. Substituição do fluido	663,65
2. Descontaminação com solvente	6.074,18
3. Desalogenação	208.019,53
4. Destrução térmica	8.135,34
5. Outras	29.602,80
6. Informação não conhecida	332,27
Total	252.827,78

371 A *Gerente do Projeto* destacou que as informações disponíveis abrangem um universo
372 no qual não era, ainda, obrigatório reportar os dados sobre a destinação de PCB.

373 O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, questionou a cobertura
374 geográfica do projeto.

375 A *Gerente do Projeto PCB Responsável* falou que este é um desafio, mas informou que
376 o projeto conta com uma unidade móvel de descontaminação. Falou que, no início do projeto, foi
377 feito um estudo técnico sobre essa questão, e foi constatada a dificuldade de acesso a algumas
378 localidades onde há PCB, porém reforçou que o objetivo é apoiar a destinação de PCB em todo o
379 país.

380 A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, questionou se há como saber, a partir dos
381 dados apresentados, a localização das empresas destinadoras de PCB e quem escolheu a
382 tecnologia. A *Gerente do Projeto PCB Responsável* falou que os dados presentes no SINIR PCB
383 não trazem a informação de localidade. Quanto à tecnologia escolhida, explicou que para as
384 empresas não é interessante, do ponto de vista econômico, e considerando o prazo para eliminação
385 do PCB, trazer novas tecnologias de destinação dessa substância para o Brasil, sendo necessário
386 trabalhar com o que existe no país.

387 O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, demonstrou preocupação com os
388 testes de queima aplicados quando da avaliação dos incineradores. Sugeriu a utilização de testes
389 que analisem não apenas as chaminés, mas todas as emissões dos incineradores. Solicitou, se se
390 possível, o detalhamento das tecnologias utilizadas e dos testes feitos.

391 A *Gerente do Projeto PCB Responsável* explicou que não é possível extrapolar estes
392 dados a partir das informações disponibilizadas pelas empresas.

393 Foi questionada a possibilidade da exportação de PCB para destruição fora do país. A
394 *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, explicou que, conforme
395 a convenção de Basileia, da qual o Brasil é signatário, a operação de exportação de poluentes
396 orgânicos persistentes (POPs) deve ser utilizada em último caso.

397 O *Coordenador da Conasq* precisou ausentar-se momentaneamente da reunião, ficando
398 a condução a cargo do *vice-coordenador, o representante do Ministério da Saúde, Aristeu Júnior*.

399 **8.4 Projeto GEF Emissão de mercúrio por cimenteiras**

400 O *vice-coordenador da Conasq* informou que uma equipe de consultores foi contratada;
401 o projeto está passando da fase preparação para a fase de execução, sendo previsto um workshop
402 de validação da fase de implementação do projeto para o mês de maio. A equipe se reúne
403 semanalmente para discutir o andamento dos trabalhos.

404 **9. Informes:**

405 **9.1 Planilha de Acompanhamento do GFC**

406 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, foi convidada para
407 fazer o informe.

408 A *Diretora* explicou que o Marco Global de Substâncias Químicas (Global Framework
409 on Chemicals – GFC) é um tratado não vinculante do qual o Brasil participa. Envolve todos os
410 setores – governo, indústria, academia e sociedade civil – na sua implementação.

411 Sinalizou a necessidade da colaboração de todos.

412 Nesse contexto, foi encaminhada no dia 10 de dezembro uma planilha de
413 acompanhamento do GFC, com prazo para devolutiva em 03 de fevereiro. No dia 14 de janeiro a
414 planilha foi novamente encaminhada, porém o MMA não recebeu nenhuma contribuição. A
415 planilha foi encaminhada uma terceira vez, no dia 24 de fevereiro, juntamente com um convite
416 solicitando preenchimento. O novo prazo para devolutiva é 20 de março.

417 A planilha foi brevemente projetada e apresentada aos membros da Conasq, que puderam
418 fazer questionamentos e dirimir dúvidas.

419 A *Diretora* solicitou a colaboração de todos para a implementação do tratado, enfatizando
420 a importância da colaboração da sociedade civil e do setor privado. Falou que a equipe do MMA
421 está à disposição para auxiliar no preenchimento e sanar dúvidas.

422 O *representante do Ibama, Carlos Tonelli*, reforçou o pedido. Falou que muitos dos
423 assuntos discutidos no âmbito da Conasq ou em outros acordos internacionais ressonam com as
424 pautas do GFC. Disse que as informações da planilha servirão como subsídio para a tomada de
425 decisão no futuro.

426 **9.2 Chumbo em tintas**

427 A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, foi convidada
428 para fazer o informe.

429 Falou que na 3^a Reunião Ordinária da Conasq foi decidido que a Secretaria-Executiva
430 agendaria uma reunião paralela para tratar dos pontos de preocupação do PL 3.428/2023, que fixa
431 limites de chumbo em tintas. No dia 14 de fevereiro foram encaminhados dois documentos às
432 instituições que manifestaram interesse em fazer parte do debate: uma análise comparativa entre
433 o PL 3.248/2023 e o AntePL que havia sido elaborado no âmbito da Conasq em 2017/2018; e um
434 documento com as sugestões de aprimoramento do MMA ao PL.

435 Os interessados puderam mandar suas propostas de alteração de redação e uma reunião
436 foi agendada para discutir o assunto no dia 03 de fevereiro.

437 Durante a reunião, debateu-se o que precisava ser aprimorado no PL. Foi consenso que o
438 art. 4º, que trata das penalizações, precisava de ajuste de redação. Houve divergência quantos aos
439 demais artigos e, por isso, foi estabelecido um novo prazo para envio de comentários: 14 de
440 fevereiro.

441 A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA* lembrou que, como o PL já
442 estava em tramitação no Congresso, o objetivo seria propor apenas alterações de redação, que não
443 fizerem com o que processo tivesse que ser reiniciado.

444 As sugestões recebidas foram apresentadas para a Plenária.

445 O *representante da CNI, Wanderley Baptista*, sinalizou que precisaria ouvir o
446 posicionamento do setor antes de apoiar qualquer proposta que pudesse sair da Comissão. Disse
447 que o setor deveria ser convidado para o debate.

448 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, informou que os
449 representantes do setor foram convidados para a reunião, mas não puderam comparecer devido a
450 outro compromisso.

451 A *representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, falou que as reuniões sobre o tema são
452 interessantes para entender a opinião do grupo sobre a proposta, mas que, a Conasq não poderia
453 apresentar uma proposta ao Congresso como Governo Federal; explicou que isso precisaria ser
454 alinhado com a Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

455 Foi decidido que os interessados se reuniriam mais uma vez para continuar trabalhando
456 na proposta de texto. O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, solicitou sua inclusão
457 nos debates sobre o tema.

458 **9.3 Processo de elaboração do Inventário de Emissões de Mercúrio (MMA)**

459 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, foi convidada para
460 fazer o informe.

461 A *Diretora* falou que a equipe técnica está coletando as informações necessárias junto às
462 associações e grupos relevantes, mas ainda enfrenta dificuldades para obter dados específicos
463 sobre carvão, gás natural, biomassa, clínquer de cimento, cal, asfalto, incineração e queima de
464 resíduos.

465 A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, falou que
466 alguns ofícios foram enviados para associações, para obter dados sobre emissões. Esses dados
467 serão utilizados no preenchimento do *toolkit*, que calculará as emissões de mercúrio de cada setor.
468 Será necessário ajuda do GT-Minamata.

469 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA*, Thaianne Resende, informou que seria
470 encaminhado um ofício aos membros do GT, com instruções de como cada instituição poderia
471 contribuir com a construção do inventário.

472 **9.4 Projeto SIP de Mercúrio**

473 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA*, Thaianne Resende, foi convidada para
474 fazer o informe.

475 O Projeto SIP foi aprovado no board do Specific International Programme (SIP) durante
476 sua décima reunião. No total, 36 candidaturas foram submetidas e 29 delas foram consideradas
477 elegíveis. O projeto foi construído no âmbito da Conasq, com a colaboração dos membros do GT-
478 Minamata.

479 **9.5 Projeto Cloro-álcalis**

480 O *vice-coordenador da Conasq* informou que o MMA já recebeu a carta de endosso. O
481 projeto está em processo de submissão ao GEF.

482 **9.6 Reciclagem química de plásticos para uso do material reciclado em alimentos**

483 A representante da TOXISPHERA, Zuleica Nycz, falou que, conforme encaminhado na
484 2ª Reunião Ordinária, houve reunião entre a sociedade civil e a Anvisa para tratar da reciclagem
485 química de plásticos para uso do material reciclado em alimentos em novembro de 2024.
486 Comentou que após a reunião encaminhou materiais sobre o assunto para a equipe da Agência, e
487 que gostaria de nova reunião para ter um feedback sobre a análise feita.

488 O MMA se comprometeu a agendar a reunião.

489 Em não havendo nenhuma outra questão a tratar, a reunião foi encerrada.

490 **10. Resumo dos Encaminhamentos:**

- 491 1) A Secretaria Executiva da Conasq enviará ofícios aos membros da Comissão, para que
492 possam manifestar interesse em compor o GTP P2R2 e o GT Substâncias Químicas em
493 Plásticos, indicar representantes e sugerir instituições/entidades para serem convidadas a
494 colaborar com as discussões dos GTs;
- 495 2) A Secretaria Executiva da Conasq verificará a possibilidade de enviar a minuta de
496 Decreto do PRONARA para os membros da Comissão;
- 497 3) A Secretaria Executiva da Conasq articulará nova reunião entre os representantes que
498 manifestaram interesse em participar da atividade de análise comparativa entre o AntePL
499 de chumbo em tintas e o PL 3.428/2023 para identificar questões pontuais que precisem
500 de ajuste;
- 501 4) A Secretaria Executiva da Conasq articulará reunião bilateral entre representantes da
502 sociedade civil e Anvisa sobre a reciclagem química de plásticos.

503

ANEXO

504

FLUXOGRAMA DE PRAZOS DA MINUTA DA RoHS BRASILEIRA

505

